



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

AVITO ABREU DJATA

IMPACTO DE UNICEF NO ENSINO BÁSICO EM GUINÉ-BISSAU

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

AVITO ABREU DJATA

IMPACTO DA UNICEF NO ENSINO BASICO EM GUINÉ-BISSAU

Projeto de pesquisa apresentado para Conclusão do Curso. Pesquisa em Humanidades, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

AVITO ABREU DJATA

IMPACTO DA UNICEF NO ENSINO BASICO EM GUINÉ-BISSAU

Projeto de pesquisa apresentado para Conclusão do Curso. Pesquisa em Humanidades, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês.

Data de aprovação: 24/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Basilele Malomalo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Paulo Alves Junior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	6
3	HIPÓTESES	6
4	OBJETIVOS	7
4.1	GERAL	7
4.2	ESPECÍFICOS	7
5	JUSTIFICATIVA	7
6	REFERENCIAL TEÓRICO	8
7	METODOLOGIA	14
8	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo discutir e analisar o impacto da intervenção de Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ensino básico em Guiné-Bissau, uma questão que sempre despertou meu interesse pessoal, dado o contexto histórico e as dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema educacional do país. Desde cedo, acompanhei relatos sobre a precariedade das escolas, a falta de recursos e as barreiras que muitas crianças encontram para acessar uma educação de qualidade. Esse cenário me fez refletir sobre o papel das organizações internacionais na melhoria dessa realidade, e foi a partir dessa inquietação que surgiu o tema da minha investigação.

A estrutura educacional de Guiné-Bissau é composta por diferentes níveis de ensino, começando do pré-escolar até o ensino superior. O ensino básico é obrigatório e teoricamente gratuito, mas enfrenta sérios desafios devido à escassez de recursos, infraestrutura precária e condições econômicas difíceis. O sistema educacional do país enfrenta obstáculos como a falta de escolas adequadas, a carência de materiais pedagógicos e a formação insuficiente de professores. A UNICEF atua em Guiné-Bissau desde a década de 1970, tem se concentrado principalmente em áreas como o ensino básico e a saúde infantil, com programas que visam melhorar o acesso à educação, fortalecer a formação de educadores e promover a inclusão. No entanto, apesar do avanço nas taxas de matrícula, a qualidade da educação ainda é insuficiente, devido à formação inadequada de professores e à falta de recursos pedagógicos.

O interesse deste estudo está centrado na atuação da UNICEF no setor da educação no ensino básico, que é uma das áreas mais atendidas pela organização, investigando os avanços alcançados, os desafios persistentes e as limitações enfrentadas pelas políticas educacionais no país. A escolha do tema surgiu do interesse pessoal em compreender as dificuldades históricas e estruturais enfrentadas no ensino básico em Guiné-Bissau, especialmente no que se refere acesso e à qualidade do ensino. O estudo busca refletir sobre como as intervenções das organizações internacionais, como as da UNICEF, podem contribuir para a melhoria do sistema educacional em um país com tantas vulnerabilidades econômicas e sociais. A pesquisa surgiu a partir de uma inquietação sobre o real impacto dessas intervenções e sobre as possíveis soluções para superar os obstáculos que ainda limitam o avanço educacional no país. A escolha por estudar a atuação da UNICEF deve-se ao reconhecimento do seu papel fundamental na promoção da educação e na garantia dos direitos das crianças em diversas partes do mundo, incluindo Guiné-Bissau. A organização não se limita em fornecer apoio financeiro e logístico, mas também implementa programas que buscam transformar a educação

de forma inclusiva e sustentável. Assim, a proposta deste trabalho é investigar como as ações da UNICEF têm impactado o sistema educacional do país, quais os resultados alcançados até o momento e quais desafios ainda precisam ser superados.

A gênese do problema de pesquisa está diretamente ligada à necessidade de compreender de maneira mais aprofundada os efeitos concretos das intervenções da UNICEF em um país que ainda enfrenta sérias dificuldades econômicas e sociais. Para abordar esse tema, será realizada uma revisão bibliográfica detalhada. Guiné-Bissau, com seu histórico de instabilidade política e limitações de recursos, depende fortemente da atuação de organizações como a esse para avançar no campo educacional. A relevância deste estudo, portanto, reside na importância de entender se essas iniciativas estão gerando mudanças estruturais e quais são suas limitações, a fim de propor soluções que possam efetivamente contribuir para a melhoria do sistema educacional a longo prazo.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Apesar dos avanços alcançados, ainda parecem limitados especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino e à conclusão dos estudos. A UNICEF desempenha um papel significativo em Guiné Bissau, apoiando o setor educacional há várias décadas. Sua atuação intensificou-se a partir dos anos 1990, devido aos impactos dos conflitos políticos e da instabilidade na oferta e qualidade da educação. Diante disso, este trabalho busca responder: Quais são os impactos concretos das iniciativas da UNICEF na educação infantil em Guiné-Bissau nos últimos anos? Em que medida essas ações melhoraram o acesso à educação? Quais desafios ainda precisam ser superados para garantir mudanças duradouras e o direito a uma educação pública e gratuita?

3 HIPÓTESES

A hipótese deste estudo é que, embora as ações da UNICEF tenham promovido avanços no setor educacional de Guiné-Bissau, sua eficácia enfrenta limitações significativas devido a obstáculos estruturais persistentes. A instabilidade política crônica e a forte dependência de recursos externos criam um ambiente instável que desafia a sustentabilidade dessas ações. Essa problemática levanta questões sobre a real capacidade das intervenções

internacionais de promover mudanças duradouras em contextos marcados por vulnerabilidades sistêmicas, além de questionar como essas limitações podem ser superadas para maximizar o impacto a longo prazo. A qualidade da educação continua sendo um ponto crítico, com a formação de professores e a disponibilidade de recursos pedagógicos aquém do necessário para um ensino eficaz. Isso evidencia as contradições e os desafios subjacentes à atuação da UNICEF, apontando para uma reflexão mais profunda sobre as condições necessárias para a sustentabilidade das intervenções.

Essas hipóteses serão investigadas ao longo do estudo, com o objetivo de demonstrar a validade da hipótese geral proposta.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das ações da UNICEF na educação em ensino básico na Guiné-Bissau, avaliando como essas iniciativas têm melhorado o acesso à educação e a qualidade do ensino nessa área.

4.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar a melhoria da qualidade do ensino com atuação da UNICEF o enfase na formação dos professores e a qualidade do ensino,
- ✓ Identificar os principais desafios enfrentados na implementação das ações educacionais,
- ✓ Avaliar a sustentabilidade dos impactos das ações da UNICEF a longo prazo, considerando fatores como instabilidade política e dependência de recursos externos.

5 JUSTIFICATIVA

A educação em ensino básico é essencial para o desenvolvimento integral das crianças e constitui um direito fundamental, assegurado pelas leis de base do sistema educativo da

Guiné-Bissau. Esse marco legal estabelece a educação como prioridade nacional, destacando a necessidade de garantir acesso equitativo e qualitativo no ensino Básico, como base para o desenvolvimento do país.

Entretanto desde 1990, a instabilidade política e económica agravou as fragilidades estruturais no sistema educativo, dificultando a implementação plena dessas diretrizes legais. Nesse contexto, UNICEF intensificou sua atuação, desenvolvendo iniciativas voltadas para ampliar o acesso à educação no ensino Básico, melhorar a infraestrutura escolar e capacitar os professores.

Este estudo justifica-se pela necessidade e a importância de avaliar os impactos da UNICEF no período de 1990 até os dias atuais, à luz das leis de base do sistema educativo. Busca-se compreender até que ponto essa ação tem contribuído para a concretização dos princípios legais que orientam o sistema educativo do país. Ao problematizar os avanços e os desafios, a pesquisa pretende oferecer suporte para políticas e práticas educacionais que promovam maior sustentabilidade e alinhamento com a realidade local, fortalecendo impacto positivo no ensino básico para o desenvolvimento da educação em Guiné-Bissau.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa sobre o impacto da UNICEF na educação infantil em Guiné-Bissau insere-se em um contexto histórico e político profundamente marcado por desafios estruturais e instabilidade. Para compreender o papel e os resultados das intervenções da UNICEF, é essencial analisar as condições históricas e contemporâneas do sistema educacional guineense, com essa instituição na ONU

A **11 de Dezembro de 1946**, um ano depois do fim da II Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas, confrontada com a realidade de milhões de crianças deixadas em situação de profunda necessidade e sofrimento na Europa, cria o **Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF** – com o objectivo de responder à situação de emergência em que se encontravam estas crianças.

De acordo com o espírito das Nações Unidas, a UNICEF prestaria **ajuda sem discriminação** de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra. A única condição colocada por Maurice Pate, o primeiro Diretor Executivo da organização, foi **que se incluíssem “todas as crianças”** dos países aliados e "ex-inimigos".

A UNICEF é uma organização apartidária e a sua cooperação não discrimina. **Em tudo o que faz, as crianças mais desfavorecidas e os países com mais necessidades têm prioridade.**

A UNICEF é actualmente a **principal organização humanitária que trabalha especificamente para a promoção e defesa dos direitos das crianças**, presente em países devastados pelos conflitos e nas comunidades mais remotas, trabalhando para

que todas as crianças tenham o direito à sobrevivência, educação, cuidados de saúde, nutrição adequada, acesso a água e proteção.

A UNICEF é **financiada inteiramente por contribuições voluntárias** de Governos, fundações, empresas e doadores individuais. (UNICEF, s. d.).

A criação de Unicef, logo após a Segunda Guerra Mundial, mostra compromisso humanitário com a proteção e o desenvolvimento das crianças livres das suas condições sociais, esse princípio de universalidade e neutralidade presente desde a sua fundação orienta as ações da instituição em diferentes contextos incluindo países em desenvolvimento.

Assim, ao analisar o impacto da Unicef no ensino básico guineense, é fundamental reconhecer que a sua atuação no país insere-se em uma trajetória histórica de solidariedade internacional e defesa dos direitos da criança, nesse sentido compreender a origem e a missão da organização ajuda a enquadrar sua intervenção no país.

Como também os princípios teóricos que fundamentam o direito à educação, historicamente, a educação em Guiné-Bissau foi profundamente influenciada pelo colonialismo português, que estabeleceu um sistema elitista e excludente. Segundo Sané, (2018), durante o período colonial, o ensino tinha como principal objetivo a assimilação cultural, buscando "desafricanizar" a população local por meio de uma educação alienante e desconectada das realidades locais, o acesso era restrito às elites urbanas, enquanto a maioria da população permanecia excluída dos processos formais de aprendizado, após a independência, conquistada em 1973, o governo guineense buscou criar um sistema educacional inclusivo, mas os esforços foram prejudicados por instabilidade política e pela fragilidade econômica do país. Para Gomes (2014) a experiência guineense de promoção da educação é marcada sobretudo pelas consequências da filosofia e a prática portuguesa em matéria de educação colonial. O que limitou objetivos e funções do ensino a simples assimilação linguística, apesar de tentativas do estado Guineense criar sistema nacional da educação como lei de base voltado à realidade do país a democratização das políticas públicas, essas ações não foram suficientes para romper com a lógica colonial, pois persistiram políticas governamentais frágeis, sem planejamento estratégico, baixo investimento público e falta de liderança, ausência de resultados coerentes.

De acordo com pesquisador Pereira (2021, p. 6) “Muito antes da dominação colonial na Guiné-Bissau não havia instituição escolar como existe hoje, a educação baseava-se em aqueles que tinham os conhecimentos e normas de comportamento em qualquer sociedade.”.

Isso mostra que com a chegada das escolas o sistema de ensino na Guiné-Bissau ainda sofre com efeitos de passado colonial, lembrando que nas primeiras fases de escola nessa

época, será difícil ter um plano para educação básica e torna mais um dos desafios para enfrentar, em implementar um modelo de ensino que será capaz de inserir métodos que vai valorizando aprendizado comunitária tradicional a partir de escolas, não pelo modelo de ensino informal como antes.

Atualmente, os desafios no ensino básico permanecem significativos. Entre os principais problemas estão a infraestrutura precária, a escassez de materiais didáticos e a falta de formação adequada para professores. Essas questões são agravadas pelas desigualdades regionais, especialmente nas áreas rurais, onde o acesso à educação é ainda mais limitado. “Assim, o que deveria ser um direito elementar pois proporcionar o direito à educação às crianças é básico, porquanto se trata de um alicerce para a participação do indivíduo no seu exercício da cidadania” (Semedo, 2012).

“Mas, apesar de tudo isso, a sociedade guineense, e as múltiplas iniciativas por parte de alguns organismos internacionais do sistema da ONU com escritório permanente no país, realizam trabalhos de grande utilidade com as comunidades no que respeita ao acesso e à melhoria de qualidade do ensino.” (Gomes, 2014, p. 4)

Reconhecendo a relevância das organizações internacionais e a própria sociedade civil, as evidências que além de suprir carências históricas deixados há muito tempo, em possuir limitações serias em estruturas de planificação e nas ações institucionais, a dependência externa é o que gera mais desprezo nas medidas administrativas. A Unicef está diretamente reforçando a urgência de fortalecer as estruturas institucionais nacionais, para garantir avanços sustentáveis no ensino básico Guineense.

Na Guiné-Bissau, as dificuldades que fazer sentir no setor educativo é o resultado da falta da definição clara das políticas e prioridades nacionais para o setor educativo, partilhadas quer ao nível nacional, quer ao nível dos mecanismos de coordenação de ajuda internacional. (Gomes, 2014, p. 6).

Dessa forma percebe-se que principal dificuldade para o setor educativo no país é a falta de clareza e definição de políticas com prioridades educativas. Essa deficiência de linhas de ações e mecanismos eficazes que faz com que projetos governamentais nunca tiveram sucesso, a falta de preparação estruturado e metas significáveis resulta em ações pontuais e poucas integradas que enfraquecem a capacidade de fazer mudança a essas iniciativas. Atuação da UNICEF diante dessa ausência de diretrizes claras e da deficiência de políticas educativas bem estruturadas para o ensino básico tem sido importante para minimizar o impacto dessas fragilidades, já que implementação de programas orientados para resultados

concretos, como a promoção de igualdade de género e o incentivo ao acesso universal ao ensino básico, essas intervenções auxiliam a preencher as lacunas que os projetos do Governo não conseguem alcançar oferecendo projetos mais eficazes e mais planejados com foco nas metas palpáveis e integral em diferentes ocasiões sociais, ainda que a Organização não altere a necessidade de políticas nacionais sólidas e integradas, sua atuação promove gestão, planejamento e avaliação do setor básico do ensino, criando opções que tendem a favorecer mudanças.

“Assim, a Assembleia Nacional Popular decreta, nos termos do artigo 85.º, n.º 1, c) da Constituição, o seguinte: LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO” (Lei de Bases do Sistema Educativo, 2011, p. 1).

A criação desta lei representa um marco importante para estabelecer diretrizes que buscam organizar o sistema do ensino e definir a responsabilidade do Estado, seu impacto não só para a regulamentação, mas a contribuição dela capaz de orientar reformas estruturais, promover a valorização da base legal de criação de políticas educacionais. Ainda o mesmo documento assegurou no seu artigo 4º o esqueleto do sistema educativo, integra a educação formal e não formal. Não formal o que abrange a potencialidade dos seus destinatários com todas as dimensões da ação educativa, que no artigo 6º definiu áreas da educação não formal) que integra a alfabetização e educação de base de jovens e adultos.

Na secção II da educação formal subsecção I disposições gerais artigo 8.º (conceito de educação formal e princípio da avaliação) 1. a educação formal íntegra, sequencialmente, os ensinamentos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior e, outrossim, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres. É importante como a lei de base reconhece a educação formal quanto à não formal, valorizando diferentes formas de ensinar. Na Subsecção III do ensino básico Artigo 12.º (Universalidade, Obrigatoriedade e Gratuidade) 1. O ensino básico é universal e obrigatório. 2. Até 6º ano de escolaridade, o ensino básico é totalmente gratuito. 3. A partir do 7º ano de escolaridade, o ensino básico é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades económicas do Estado. Esse subsecção está assim cumprindo o acordo de universalidade do ensino básico. Esse artigo reflete um princípio universal presente em muitas legislações e convenções internacionais da educação, como a Declaração universal dos direitos humanos (Art. 26) e a convenção sobre os direitos da Criança (Art. 28), que também por sua vez defende a obrigatoriedade e gratuidade de ensino básico para todos, a semelhança com outros documentos mostra a que o país está alinhada com padrões internacionais.

Sendo assim o ensino básico obrigatório e gratuito até 6 anos, é tendencialmente

gratuito nos seguintes níveis, essa legislação também inclui a educação pré-escolar como parte integrante do sistema formal, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto UNICEF tem desempenhando um papel relevante ao apoiar políticas públicas que visam realizações desses princípios legais, a organização atua em parceria com ministério da educação no fortalecimento da gestão escolar, na formulação do currículos, na implementação de programas voltados para a inclusão e permanência nas crianças do ensino Básico na escola, além disso por meio do plano estratégico Nacional de Educação Inclusiva (2022-2028) e da iniciativas escolas amigas das crianças, a UNICEF dialoga diretamente com os objetivos e diretrizes da lei nacional reforçando o compromisso do Estado e da comunidade internacional para cumprir com a universalização da educação Básica e redução das desigualdade educacionais no país.

Conforme previsto na legislação percebe se que Artigo 45. Reconhece as organizações nacionais e internacionais como parceiros essenciais no processo educativo autorizando assim a atuação de instituições como a UNICEF na melhoria do sistema educacional do país.

“Os esforços da UNICEF centram-se no acesso universal ao ensino, contribuindo assim para a redução da disparidade entre sexos na frequência do ensino básico, promovendo a escolarização das raparigas ao mesmo tempo que apostou na qualificação do corpo docente.” (Gomes, 2014, p. 4).

Gomes ressalta um ponto muito importante esclarecendo que essa entidade tem trabalhando no acesso universal do ensino básico incluindo a Guiné Bissau que é um país das carências nos projetos fundamentais para combater os altos níveis de desigualdades sociais em termos de géneros na educação, ao incentivar escolarização das meninas ela promove diretamente a redução de disparidade entre sexos em questão da educação enfrentando restrições culturais e económicas que, por décadas, limitam o acesso das meninas nas escolas. Essa forma de promoção de educação das meninas não só estende as oportunidades individuais de cada criança, ela tem bons resultados pois melhora os índices de pobreza na sociedade. Sem iniciativas como estas a desigualdade tende a permanecer na sociedade, já que o Estado por si só constitui evidência de limitações estruturais para assegurar educação para todos sem qualquer suporte externo, assim a atuação da UNICEF é estratégica não apenas em âmbito de acesso, mas também para incentivar a igualdade social e apoiar a transformação das relações de género, destacando a necessidade de um compromisso político e institucional permanente e com equidade educacional.

O artigo 13.º da lei de bases (2011) organiza o ensino básico em nove anos de escolaridade, distribuídos em três ciclos e quatro fases de aprendizagem, o primeiro ciclo

abranger do 1.º ao 4.º, já o segundo ciclo de 5.º e o 6.º anos, do terceiro ciclo inclui 7.º ao 9.º ano, assim é constituído as fases do ensino Básico. É estabelecida pela legislação a que as crianças devem ingressar no ensino básico aos seis anos de idade, com certa flexibilidade para aquelas que atinge essa idade até o final do mês e dezembro, dependendo do encarregado da educação, essa estruturação tende de garantir uma progressão simultânea e organizada de processo educativo, assegurando o início formal da escolarização na idade adequada e de forma inclusiva. Assim as ações de Unicef dialogam diretamente com os objetivos do artigo 13.º, auxiliando o Estado Guineense a transformar as disposições legais em resultados concretos de acesso, permanência e equidade educacional. Nesse contexto a atuação do parceiro internacional encontra-se no suporte a estruturação do ensino básico prevista no artigo 13.º da lei de bases (2011), que organiza essa estruturação permite avanços educativa e continua sem exceção.

De acordo com o previsto no artigo 14 os seguintes objetivos para primeira etapa da educação formal.

(Objetivos gerais)

O ensino básico prossegue, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- a) Proceder à despistagem de precocidades, inadaptações e deficiências na criança, encaminhando-a adequadamente;
- b) Ministar uma formação geral aos seus destinatários, de molde a poderem descobrir e expandir as suas vocações, atitude crítica, capacidade de memorização e raciocínio, criatividade e sensibilidade ética e estética, numa dimensão em que o saber fazer se encontram amalgamados;
- c) Inspirar nos educandos a valorização e salvaguarda da identidade cultural guineense;
- d) Formar, em liberdade de consciência, cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária, proporcionando aos alunos experiências favoráveis à sua maturidade cívica e sócio-afectiva e a aquisição de atitudes autónomas;
- e) Contribuir para a preservação do ambiente, com vista a melhoria da qualidade de vida;
- f) Promover a aquisição dos conhecimentos para o prosseguimento dos estudos, a formação profissional para inserção na vida activa. Lei de Bases (2011, p. 7).

Esses objetivos na lei de base para o ensino básico são ações que mais evidenciam o compromisso do estado Guineense nesse setor, nesse sentido a Unicef por meio de projeto escola amigo da Criança (EAC) projeta com melhoria das infraestruturas, capacitação dos docentes, inclusão de meninas e promoção de valores cívicos e ambientais, melhorando essas lacunas criaram um ambiente escolar mais acessível através do projeto (EAC).

7 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois busca analisar e compreender um problema real no ensino básico da Guiné-Bissau, relacionado ao impacto das ações da UNICEF no desenvolvimento educacional do país. A pesquisa tem como objetivo contribuir para o aprimoramento das práticas e das políticas educacionais nacionais.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), todas as ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos; entretanto, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos podem ser considerados ciências. Nessa perspectiva, optou-se pela aplicação de métodos científicos adequados para alcançar os objetivos deste estudo e comprovar suas hipóteses por meio das técnicas adotadas.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca “compreender o fenômeno ou eventos em uma determinada sociedade” (Creswell, 2010 *apud* Gomes, 2024, p. 19). Assim, procura-se interpretar os significados atribuídos às ações da UNICEF no contexto educacional guineense, considerando aspectos sociais, políticos e culturais que influenciam o processo educativo. Esse tipo de abordagem permite analisar a realidade a partir de diferentes perspectivas, não se limitando apenas a levantamentos numéricos, mas também à interpretação de discursos, relatórios, documentos oficiais e produções acadêmicas.

Em relação aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2021), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, possibilitando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores. Já as pesquisas descritivas, conforme o mesmo autor, têm como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. Dessa forma, a presente investigação busca descrever e ampliar o conhecimento sobre a atuação da UNICEF no ensino básico da Guiné-Bissau e seus efeitos nas políticas públicas do país, sistematizando os principais resultados desenvolvidos pela instituição.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de referências já publicadas, como artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses e dissertações. Assim, utilizou-se literatura especializada que aborda a educação, as políticas públicas e o papel dos organismos internacionais, permitindo embasar teoricamente a análise proposta.

Complementarmente, recorreu-se à pesquisa documental, conforme explica Gil (2022), a qual é amplamente utilizada nas ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes nos campos da História e da Economia. Esse tipo de pesquisa fundamenta-se na análise de documentos oficiais, tais como relatórios da UNICEF, planos nacionais de educação e leis que regulamentam o sistema educativo. Esses materiais foram examinados de forma crítica e interpretativa, visando compreender as ações da instituição e suas influências sobre a estrutura, o acesso e a qualidade do ensino básico no país.

8 CRONOGRAMA

Segue o cronograma ajustado de acordo com as etapas descritas no seu projeto:

Etapas	2024 (2º semestre)	2025 (1º semestre)	2025 (2º semestre)
Elaboração do projeto	X		
Levantamento bibliográfico	X	X	
Elaboração de perguntas de pesquisa	X	X	
Entrevistas e análise documental		X	
Análise do material coletado e transcrição		X	X
Correção e ajustes finais			X
Defesa do trabalho			X

REFERÊNCIAS

- AVELEIRA, Ana Paula Henriques. **Melhorar a educação de infância na Guiné-Bissau**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ativação do Desenvolvimento Psicológico) – Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação, Aveiro, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/ 7. ed. -Barueri [SP]: Atlas, 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**/ -7. ed.- [3. Reimpr.] São Paulo: Atlas, 2021.
- GOMES, Delsa. **Mandjuandade das mulheres Manjacos da região de Cacheu na Guiné-Bissau**. 2024. Projeto de pesquisa (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, São Francisco do Conde, 2024.
- GOMES, Flaviano. **Organismos Internacionais no Apoio ao Setor Educativo na Guiné-Bissau: O Caso do Programa Alimentar Mundial**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- GUINÉ-BISSAU. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Bissau: Governo da Guiné-Bissau, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/ pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso**/ 8. ed. -São Paulo: Atlas, 2017.
- PEREIRA, Paulo Jorge Morreira. **A história e a política de educação infantil em Guiné-Bissau**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2021.
- SAMBA-SANÉ. **Os desafios da educação na Guiné-Bissau**. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 55-77, jan. /jun. 2018.
- SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Guiné-Bissau, 2012.
- UNICEF. **Relatório Anual do UNICEF Guiné-Bissau 2023**. Bissau: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau>. Acesso em: 7 out. 2025.
- UNICEF, (s.d.), **Unicef Para todas as crianças**. Disponível em: [A UNICEF @ UNICEF – Para TODAS as CRIANÇAS](#)- Acesso em: 12.Nov.2025